



1

TEXTOS
PARA
DISCUSSÃO

departamento de imprensa
maio 69

4.º Ponto

do Caderno de Reivindicações Básicas do Movimento Estudantil.

**PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES DEMOCRATICAMENTE ELEITOS
NO GOVERNO DA UNIVERSIDADE**

*2 - Próxima recolha de textos:
DEMOCRATIZAÇÃO do ENSINO*

ABERTURA

Vamos iniciar a publicação de textos que nos pareçam poder suscitar a reflexão e a discussão sobre temas de interesse para os estudantes. Hoje, escolhemos alguns extractos dum livro francês — "Quelle Université? Quelle Société?" —, constituído por escritos originados ou produzidos pela crise de Maio de 68. O valor deste empreendimento é o de provocar debate e agitar ideias. Não se exprime com isto qualquer apologia pela que se passou ou passa em França ou em qualquer outra parte, assim como nos não inibem tendências insinuações de imaginárias conspirações estudantis internacionais. A maturidade atinge-se no confronto de pontos de vista e esboça-se no conformismo com qualquer espécie de fiscalização de ideias.

Nesta primeira recolha o tema eleito é Autonomia-Cogestão. Escusado será salientar o sentido que a fase presente da nossa luta estudantil lhe tem vindo a transmitir, escusado será referir a importância que vem para nós adquirindo ter ideias claras sobre tal assunto.

Autonomia - Cogestão

A AUTONOMIA

A autonomia assegura a independência da universidade em relação a todo o poder exterior a ela. É um preliminar necessário à instauração dum poder estudante livre e eficaz, nos estabelecimentos de ensino. Só ela permite a liberdade de expressão política e ondical nas faculdades, livres de toda a tutela governamental.

A Autonomia pode ser:

- orçamental afim de evitar todas as ingerências financeiras de quem quer que seja;
- administrativa afim de combater todas as pressões indirectas burocráticas;
- pedagógica para permitir aos ensinados e aos professores serem plenamente responsáveis pelo quadro da sua formação.

A autonomia em si não é nada. Permite tudo, e, em particular, uma cogestão autêntica e formadora.

A COGESTÃO

A cogestão, é a autonomia em exercício. Ela introduz a participação, quer dizer a descentralização do poder no interior da universidade. Permite institucio

nalizar o diálogo e introduzir a responsabilidade na gestão dos estabelecimentos.

As assembleias paritárias eleitas, detentoras do poder constituinte, são a sede habitual da cogestão. No entanto, em certas disciplinas, essa delegação de poder foi recusada. A assembleia geral dos interessados, e suas comissões, continuam a ser o lugar de confrontação estudantes-professores, e do poder universitário.

AUTONOMIA E COGESTÃO

— (Relatório da Comissão Autonomia - Cogestão, Faculdade de Direito de Paris, 17 de Maio de 1968)

Constatamos a inadequação da universidade às necessidades do mundo moderno:

— inadequação das suas estruturas que institucionalizaram todas as formas de dependência e de passividade;

— inadequação da formação que dispensa

Mas nós não pensamos que a solução do mal-estar resida numa simples adequação da universidade às circunstâncias económicas do momento.

O papel específico da universidade é o de ser:

— um serviço social eficaz de formação igualmente e efectivamente aberto a todos;

— um foco de contestação permanente;

— um centro de contestação cultural e científica.

O movimento no qual nos incluímos hoje deve conservar a sua espontaneidade no mesmo tempo que organizar-se e consolidar as suas conquistas.

De imediato, os meios para realizar essas objectivos são os seguintes:

— a autonomia que permitirá assegurar a independência da universidade face aos poderes públicos e aos interesses privados;

— a cogestão da universidade que permitirá a repartição do poder no seu seio o conjunto dos interessados;

— um conjunto de medidas que permitirão garantir o exercício da crítica e da contestação permanente na universidade.

*

AUTONOMIA: AS AMBIGUIDADES DUM TERMO INEVITÁVEL

-(Comissão SNE-Sup., comite de greve, faculdade de Ciências de Paris, Maio 1968)

O termo de autonomia é encruzilhada das mais diversas ideologias. Retomando-o sem o submeter à crítica corre-se o risco de fazer o jogo de grupos de pressão tecnocráticos que se organizam tanto na universidade como fora dela. As iniciativas precipitadas po

deriam favorecer contra as intenções de seus autores, o aparecimento de universidades de níveis diferentes e colocadas em situação de concorrência, logo mais vulneráveis às pressões do poder central e dos feudalismos regionais.

Toda a autonomia real exige a instituição de organismos capazes de neutralizar as forças exteriores que com a complicitade de certos universitários conservadores ou tecnocratas, poderiam despojar do facto os estudantes e os professores do poder de decisão em tudo o que respeita ao funcionamento da universidade. A revolta legítima contra uma centralização de tipo napoleónico conduz por vezes a esquecer que a autonomia não se realiza na independência anárquica mas na instauração dum poder propriamente universitário capaz de impor as suas próprias regras e de lhes assegurar o respeito.

*

COGESTÃO - PARTICIPAÇÃO

—(extracto do relatório final
das Comissões inter-grandes
escolas de Nancy, Junho 1968)

O desejo do estudante de ser considerado como principal responsável e juiz da sua formação implica a sua participação em todos os domínios. Esta estende-se tanto à vida extra-escolar como ao próprio ensino:

- nas cidades universitárias;
- nas actividades culturais, sindicais, políticas, desportivos;
- em tudo o que diz respeito ao ensino.

Em cada um destes domínios, a co-gestão deve ser em casada a todos os níveis: o objectivo principal é uma participação activa da base, corpo docente e estudantes.

A universidade deve funcionar com o acordo de todos os seus membros. A co-gestão é sobretudo a insti ção dum diálogo onde cada parte aceita a crítica e a contestação dos outros. Este diálogo não deve dar lugar a afrontamentos mas permite a conciliação para en contrar soluções aceites pelas diversas partes. A procura de unanimidade é a regra geral e o voto apenas intervém nos casos extremos.

Colocamo-nos com efeito em regime permanente: supomos assim que os estudantes, o corpo docente, a direcção admitem uma verdadeira co-gestão sem procurar e çambarcar o poder. Neste não podem surgir conflitos sistemáticos entre as diferentes partes em presença.

Dentro desta óptica, concluímos pela necessidade de representação paritária bipartida no seio dum organismo de co-gestão. Essa solução permitirá evitar, em caso de conflito, um recurso fácil ao voto que, em lugar de conduzir a uma solução de compromisso, admis-

sível para todos, impor a vontade dum das partes interessadas. Convém aqui precisar que os estudantes devem ter verdadeiras responsabilidades e assim um papel deliberativo em todos os organismos de cogestão.

Por outro lado, para assegurar a eficácia de tais organismos, é necessário que o maior número de decisões possa ser tomadas ao nível da base. É preciso assim dissociar as grandes opções das modalidades. Trata-se de criar estruturas que se adaptem a esses princípios da base mas é preciso primeiro evitar que essas estruturas se tornem rígidas e assim inadaptadas num futuro mais ou menos próximo. É preciso assim prever a eventualidade de ser posta em causa periodicamente, o que lhes permitirá adaptar-se evoluindo. Para mais estas estruturas devem permitir à universidade abrir-se para o exterior: esta dispensa com efeito uma formação profissional e cultural constantemente adaptada e deve assim estar em ligação mais estreita com a vida da cidade, industrial, cultural, social e política. As estruturas actuais ao interditerem uma real participação dos estudantes, tornam necessário que se faça tábua rasa de tudo o que existe nesse aspecto.

COMENTÁRIO FINAL

Desta breve recolha de textos sobre autonomia e gestão curricular cada um de vós retirou pontos de acordo ou de discordância, formulou um certo número de questões, enteviu desenvolvimentos e concretizações possíveis.

Qual deverá ser o modo de gestão reivindicado por nós?

Devemo-nos contentar com a participação no governo da Universidade que nos era dada pela lei hoje sem aplicação?

A distribuição do poder na Universidade deve delinear-se a três níveis (professores, assistentes, estudantes) ou apenas a dois (corpo docente, corpo discente)?

Quais os prejuízos que a carência de autonomia universitária tem trazido ao nosso país?

Quais os limites naturais da autonomia universitária?

Estas e outras questões merecem a reflexão de todos. Pois que se auto-constituam grupos de discussão e das conclusões se dê notícia à A.A.C. Por esse modo, se vitalizará o circuito começado com a publicação de textos para reflexão e se efectivará o escopo desta iniciativa.